



Caderno *de* Cidadania

ANO 19 * Nº 314 * MAIO * 2019 * BELO HORIZONTE * MG

Mala Direta Postal
Básica

9912345752/2014 - DR/MG
Inst. dos Missionários
Sacramentinos
de Nossa Senhora

... **CORREIOS** ...



Qual é o seu superpoder?

BECO, EXISTE SAÍDA

MAIS

Qual é o seu superpoder?

MATHEUS R. GARBAZZA

ASSISTI OUTRO DIA ao filme *Shazam!*, inspirado nos quadrinhos da *DC Comics* e, talvez, um dos mais leves e divertidos trabalhos do estúdio. Insere-se, certamente, no grande frenesi causado na última década pelos filmes de super-herói. A renovação dos personagens e das adaptações gerou uma nova legião de fãs do gênero. As altas bilheterias e as inúmeras páginas criadas para discutir o assunto (com resumos, críticas, teorias etc.) provam sua relevância para a formação do imaginário coletivo de nossa geração.

Mas como isso se relaciona com o nosso Caderno de Cidadania? Ora, em uma das cenas da película – que talvez passe despercebida a alguns – aparece no carro de uma das personagens um adesivo com os seguintes dizeres: “Eu sou uma mãe de lar adotivo. Qual é o seu superpoder?”

Ao ver a imagem, imediatamente me veio à mente o superpoder de tantas pessoas que, como aquela mãe, não foram dotadas com dons extraordinários, habilidades maravilhosas ou infinitos recursos financeiros. Entretanto, pela sua disponibilidade e vontade de ajudar, são capazes de transformar vidas. A força não reside em algo externo, a receber ou conquistar, mas numa vontade interior que marca toda a existência e irradia sobre as escolhas, os atos, os rumos da vida.

Afinal, quando falamos de ação social, estamos falando de transformação. De cuidado, de atenção, de generosidade. Quer poder mais efetivo que esse? Quantas histórias incríveis de gente “comum” que é capaz de fazer obras extraordinárias! Quantas ações inspiradoras, geradoras de vida e de ânimo em tantos corações! Basta lançar um olhar atento ao que está ao redor.

Seguindo sua vocação fundamental, o Caderno de Cidadania deste mês de maio vem lembrar aos queridos leitores a importância do cuidado para com as pessoas, especialmente aquelas que precisam de atenção mais qualificada. Queremos espalhar e difundir as boas iniciativas e a reflexão saudável. Esse é o nosso superpoder!

Você Sabia?

BPC – Benefício de Prestação Continuada



Você sabe o que é o BPC? Este é um importante benefício que garante um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso

com 65 anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família, que possui renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

Atualmente, apenas 1% dos idosos brasileiros vive na miséria, segundo dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE. Em 1995, antes da criação do BPC, eram 12,6% – uma redução de 92%. Os números tornam-se mais expressivos diante do envelhecimento da população. Se em 1995 existiam 8,7 milhões de brasileiros com mais de 65 anos, dos quais 1 milhão na extrema pobreza, em 2015 eram 20,1 milhões de idosos, sendo 197 mil em situação miserável. Saiba mais pelo site <https://www.inss.gov.br>

Conferência Municipal de Assistência Social – BH



O Conselho Municipal de Belo Horizonte já está a todo vapor na construção da Conferência Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte, e nós, do Instituto dos Missionários Sacramentinos, estamos na Comissão Organizadora, contribuindo para a cidade ter um histórico momento de deliberações.

Fique ligado na página da Prefeitura de Belo Horizonte, que em breve serão publicadas as datas das Pré-Conferências nas 9 regionais.

Nós nos encontramos por lá!

Projeto Sonoro Despertar: A música em prol da educação

PE. JÉSUS GUERGUÉ*

SONORO Despertar é um projeto sociocultural. Iniciou no ano 2000, na paróquia São Marcos, BH. Acompanha 120 crianças e adolescentes e é coordenado, desde a fundação, por Celeste Alda Machado, especialista em educação musical.

Recuperar a vida pela música

O Projeto acontece em áreas de periferia onde existem profundas carências. Aposta no valor educativo da música para resgatar a vida ameaçada dos pequenos, promovendo sua inserção social. A música educa a sensibilidade artística e possibilita o desenvolvimento dos dons pessoais.

O Projeto realiza um importante serviço de ajuda às famílias que têm dificuldades para acompanhar os filhos. Conscientiza e mobiliza os adultos em prol da educação, ciente de que a cultura é fundamento primordial para a construção da nova sociedade.

Sonoro Despertar leva crianças e adolescentes ao encontro da vida, através da educação musical, com o desejo de contribuir para um futuro melhor. Ajuda a encontrar uma maneira mais plena de viver e realizar-se junto com os outros, de forma amiga e solidária, convivendo e trabalhando em equipe. As belas melodias criam-se na interação com os outros. A harmonia do conjunto é expressão do mundo solidário que queremos alcançar na vida. O Projeto é de todos.

Flauta doce

A flauta doce é o instrumento mediador do processo. Os alunos têm contato com as quatro modalidades: soprano, contralto, tenor e baixo. As aulas acontecem em pequenos grupos, duas vezes por semana; o processo criativo acontece ao mesmo tempo em que se cria uma cultura amiga e solidária, tornando os flautistas mais protagonistas e responsáveis. Nas aulas coletivas aprende-se a conviver, ouvir, respeitar, ser

amigos; estes laços de amizade favorecem a qualidade musical. Nesse espaço de convivência aprende-se a escutar o som do outro e a dialogar musicalmente para conseguir a harmonia final.

Existe um repertório variado para cada grupo, de forma gradativa, de acordo com as idades e o progresso adquirido. O Projeto exige compromisso das famílias e, especialmente, dos alunos: frequência, participação ativa, respeito, colaboração, estudo em casa...

Vários alunos cursaram estudos superiores em Faculdades de Música; cinco são graduados na UEMG. No início de 2019, fevereiro, um ex-aluno conseguiu o primeiro lugar no Concurso Nacional de Flautistas Jovens; sua iniciação musical aconteceu no Projeto.

Presença e impacto social

Sonoro Despertar apresentou-se em muitos espaços culturais como: Teatro Municipal de Sabará; Auditório da Escola de Música da UEMG; Encerramento do Fórum Nacional de Pedagogia; Encerramento do Congresso Nacional da ANEC; Ouro Preto (Semana do Aleijadinho); Congresso Mundial de Universidades Católicas; São Francisco da Pampulha em BH; Museu de Ciências Naturais; Museu Inimá de Paula em BH; Praça da Liberdade e Parque Municipal. Frequentemente é convidado pela PUC e pela Arquidiocese. O Projeto tem levado, também, o agrado e a beleza da música a pessoas carentes, asilos e residências; e às escolas dos bairros próximos.

Aconteceram numerosas reportagens e entrevistas: TV Globo, TV Horizonte, TV PUC, Rede Record. Filmagens para trabalhos acadêmicos. Foram produzidos dois CDs com melodias infantis e diversos DVDs. Uma história de belas realizações.

Esta história revela que é possível alcançar metas elevadas em periferias que carecem de incentivo cultu-



Recital O Som da Música



Recital de Natal



FOTOS: PE. JÉSUS GUERGUÉ

ral, contando com o apoio da comunidade, com uma equipe bem preparada e com uma filosofia educativa que sustente o andamento do Projeto com valores humanos que criem identidade. Estas conquistas justificam e valorizam a existência de outros Projetos semelhantes, onde as crianças e adolescentes das periferias possam encontrar o lugar adequado para sonhar com um espaço melhor na vida, e para serem mais felizes.

Referências em redes sociais:

Facebook: sonorodespertaroficial
<https://www.facebook.com/sonorodespertaroficial>
Instagram: @sonorodespertaroficial

* Vigário paroquial em São Marcos e Diretor do Projeto

Luta antimanicomial Por uma sociedade sem manicômios

ELAINE MAIA, DÉBORA FÁVARO E IZABELLA MELO – SUPERVISORAS DO SRT*

“A luta antimanicomial não pode prescindir da política: não da política partidária, mas da política como exercício de construção coletiva. E, a partir dela, é possível criticar e rever conceitos, propor soluções novas, reinventar a clínica e a própria política, para fazer caber a loucura no espaço social.”

(Rosemeire Silva – “Loucura Ética e Política: Escritos Militantes”, org. Conselho Federal de Psicologia, 2003).

NO BRASIL, em um passado não muito remoto, havia um modelo de tratamento para os nomeados “doentes mentais” – os ditos “loucos” – que consistia no isolamento desses indivíduos, causando assim o total rompimento de seus laços sociais, violando o direito fundamental de circular na cidade, de viver sua própria vida.

Nos hospitais psiquiátricos, os pacientes eram submetidos a tratamentos sub-humanos. O número de leitos dentro desses locais cresceu excessivamente, criando-se o que se chama a “indústria da loucura” no Brasil.

A maior dessas experiências está relatada pela jornalista Daniela Arbex, no livro “Holocausto Brasileiro: vida genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil”, de 2013. Trata-se da história do maior hospital psiquiátrico do país: o Hospital Colônia de Barbacena, em Minas Gerais.

O chamado “Holocausto Brasileiro” se refere à morte de 60 mil pessoas dentro do Hospital Colônia. Pessoas que eram levadas à instituição contra a própria vontade, dentro de vagões de trem vindos de toda parte do país. Ao chegarem, tinham seus cabelos raspados, as roupas arrancadas e,



ARQUIVO PROJETO TETIA

frequentemente, perdiam o próprio nome, recebendo outros nomes dados pelos funcionários do hospital.

O livro conta que 70% não tinham sequer um diagnóstico de transtorno mental, mas estavam ali por serem epiléticos, alcoolistas, homossexuais, prostitutas, mães solteiras... Ou seja, pessoas consideradas “inadequadas” pela opinião social recebiam tal tratamento. Não apenas homens e mulheres, mas também crianças, que morriam de frio, fome e doenças, além dos eletrochoques, aplicados de maneira totalmente equivocada. Os que sobreviveram, passaram muitos anos dentro dos muros do manicômio de Barbacena e, ao saírem, já não tinham ne-

nhum laço social com o mundo externo a eles.

Em 1979, o psiquiatra italiano Franco Basaglia, pioneiro da luta pelo fim dos manicômios, esteve no Brasil e conheceu o Colônia. Em seguida, chamou uma coletiva de imprensa, na qual afirmou: “Estive hoje num campo de concentração nazista. Em lugar nenhum do mundo, presenciei uma tragédia como esta”. (Trecho do livro “Holocausto Brasileiro: vida genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil”, de Daniela Arbex. Editora Geração, 2013).

Dentro de uma triste lógica higienista, as pessoas com transtornos mentais tiveram seus direitos violados durante um longo período no Brasil. Trata-se de um crime contra a humanidade.

A reforma psiquiátrica brasileira: um novo modelo de tratamento

IMPULSIONADO por um contexto internacional pós-guerra, no qual diversos países criticavam as práticas de violência e maus-tratos dentro dos manicômios, e por denúncias publicadas no Brasil, surge no país o movimento da Reforma Psiquiátrica, guiado por trabalhadores da Saúde Mental, assim como pacientes e seus familiares (ASSIS *et al.*, 2013).

Oposto ao modelo asilar, que pressupõe o isolamento do indivíduo por tempo indeterminado do convívio social, expondo-o a uma série de violações, surge outro modelo de cuidado, pautado no reconhecimento dos direitos e da cidadania das pessoas com transtornos mentais, e na inclusão das dimensões biopsicossocioculturais para as políticas de atenção à saúde mental (ASSIS *et al.*, 2013).

As mudanças ocorreram principalmente na organização dos serviços destinados ao tratamento das pessoas com transtornos mentais. Houve o fechamento progressivo do grande número de leitos destinados à internação, fazendo com que os hospitais psiquiátricos deixassem de ser o local exclusivo para seu tratamento.

Para que isso fosse possível, surgiram os Centros de Atenção Psicossocial - CAPS, em suas diferentes modalidades, que são serviços de saúde de *caráter aberto e comunitário*, constituídos por equipe multiprofissional, a qual trabalha sob a lógica interdisciplinar e realiza prioritariamente atendimento às pessoas com sofrimento ou transtorno mental, inclusive aquelas que possuem necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015). O primeiro deles surgiu em 1987, na cidade de São Paulo. Porém, somente em 19 de fevereiro de 2002

foi criada a Portaria GM N° 336, que instituiu a implementação e o funcionamento desses locais.

Outro marco importante na história da reforma psiquiátrica brasileira é a aprovação da Lei Federal n° 10.216 (ou Lei Paulo Delgado), em 6 de abril de 2001, após 12 anos de sua tramitação no Congresso Nacional. Esta é a Lei que garante a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais. Entre tais direitos está o acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, com humanidade e respeito, priorizando a busca de sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade, além da proteção contra qualquer forma de abuso e exploração (BRASIL, 2011).

Em 2011, com a aprovação da Portaria 3.088, é ampliada e diversificada a rede de cuidados e atenção às pessoas com transtorno mental e/ou com necessidades decorrentes do uso de *crack*, álcool e outras drogas (BRASIL, 2011). Trata-se da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS, cujo objetivo é garantir os direitos dessas pessoas em conjunto com seu acesso aos serviços de saúde em seus diversos níveis de complexidade.

Autores: Enfermeiro Aldo Deividi da Silva e Psicóloga Stefany Francis da Silva (CAPS AD)

A Rede de Atenção Psicossocial de Contagem contempla: 4 CAPS (2 CAPS III, 01 CAPSad e 01 CAPSi); 137 Equipes de Saúde da Família distribuídas em 8 Distritos Sanitários, 12 Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF); 8 Equipes Intermediárias de Saúde Mental; 2 Serviços Residenciais Terapêuticos; 01 Centro de Convivência articulador do Projeto TEIA, com pontos de Reabilitação Psicossocial na Atenção Básica.



Protagonismo social

O dia 18 de maio marca, no Brasil, o Dia Nacional da Luta Antimanicomial. Esta data, instaurada em 1987 na cidade de Bauru, SP, durante o Congresso de Trabalhadores de Serviços de Saúde Mental, deu visibilidade ao Movimento da Luta Antimanicomial, inaugurando uma nova trajetória da Reforma Psiquiátrica Brasileira.

EM consonância com a Reforma Psiquiátrica Brasileira, o Movimento da Luta Antimanicomial vem atuando firmemente desde a década de 80, em defesa dos direitos das pessoas com histórico de sofrimento mental, dentre estes o direito inalienável à liberdade. Trata-se de um movimento social que agrega usuários dos serviços de saúde, familiares, trabalhadores das redes de saúde e assistência, instituições de classes e de proteção de direitos humanos, entre outros.

A participação social, com sua força política e vigilante, há mais de 30 anos, vem consolidando os princípios da Luta Antimanicomial, mobilizando esforços no sentido contrário a toda forma de exclusão, com respeito à diferença e à expressão da singularidade como parte intrínseca a um coletivo diverso.

O movimento antimanicomial ocupa-se de sua função social de promover articulações, sustentando parcerias que trabalhem pelas transformações sociais necessárias à desconstrução da lógica manicomial, que ainda persiste no olhar social sobre aquele que enlouquece. Avanços podem ser verificados no campo das políticas públicas e da organização de redes de serviços, amparados em legislação robusta e consistente. Contudo, permanecem lacunas, que trazem a ameaça de retrocessos. Uma dessas lacunas traz a dimensão sociocultural: constata-se que apesar da nossa luta histórica, persistem os estigmas – barreiras de acesso à inclusão social. Há que se avançar na construção de ações de fortalecimento de laços comunitários, potencializando o vínculo no território, bem como a inserção na cidade como um todo, no trabalho, na cultura, através da efetivação de políticas públicas para esse fim.

Cidade de Contagem, no sempre 18 de maio de mais um ano de luta

ESCREVO essa carta à sociedade e aos que estão à frente dela, para que vocês nunca esqueçam os deveres que vocês têm com a mesma. Escrevo para que vocês tomem as providências de sempre estarem fazendo essas leis não ficarem só no papel, mas que sejam executadas. Escrevo a vocês, e o que eu escrevi toca o meu coração. Eu quero que vocês nos aceitem como somos, respeitem as diferenças, e aprendam que a sociedade é um lugar de todos, para que seus filhos possam viver num mundo melhor.

Com o passar dos anos, a luta continua no dia 18 de maio. Apesar de ter conquistado muita coisa, ainda continuam alguns procedimentos inadequados. Mas a luta continua. Um dia, quem sabe, os líderes em que votamos voltem a olhar com outros olhos para os doentes mentais.

A vida tem dois lados, um lado bom e outro ruim. Só depende de você.

Quero pedir revisão das leis, dando conforto e qualidade de vida para aqueles que dependem de recursos, benefícios, médicos, remédios.

Queria que a sociedade não discriminasse os doentes mentais, não os tratasse com violência. Eles têm direito de ser feliz como qualquer outra pessoa. Que não haja agressão contra mulheres e crianças. Que respeitassem as minorias, negros, índios, homossexuais. Que os

políticos parassem de roubar o dinheiro do povo. Que houvesse mais empregos, mais dinheiro.

Palavras de quem sofre. Quero ser feliz, e penso que tenho o direito de ser.

Convivemos com outras pessoas. Vivenciamos acontecimentos de sentimentos e emoções de natureza e interesse, para produzir soluções e concluir formas de tratá-las como seres não perfeitos que somos. Sempre ter sentimentos ao próximo. De uma provável perfeição? Vontade.

Eu não aceito nenhum tipo de preconceito, exploração, discriminação. Todo mundo é igual. Todo mundo tem direito de ser feliz.

Eu peço à sociedade que dê mais respeito e muita atenção aos pobres, que são mais necessitados. A luta antimanicomial chama a atenção de toda a sociedade.

A luta antimanicomial deve continuar. Cidadãos que sentem que precisam de tratamento de saúde mental: não fiquem sofrendo, procurem o Centro de Convivência. Não percam tempo, procurem sim, pois é um direito seu ter este tratamento.

Deixamos aqui o nosso abraço, que é feito de laço.

Assinam esta carta aberta, de coração aberto:

Romeu, Lisângela, Flávio, Gerson, Osvaldo, Maria de Lourdes, Anderson, Geralda, Délcio, Wildes, Ellen, Aline, Nádia, Sara, Pollyana.”

NA ENTRADA da década de 90, com o avanço do movimento pela Reforma Psiquiátrica, transformações substanciais ocorreram no âmbito do tratamento das doenças mentais. As discussões sobre o reconhecimento da cidadania do louco lograram aparição pública, deixando de ser um tema de interesse circunscrito a profissionais da área, para envolver usuários e familiares dos serviços psiquiátricos, e a população em geral. A implantação de programas e serviços de portas abertas, tais como CAPS, hospitais-dias, enfermarias de curta internação mostraram ser possível outro tipo de intervenção sobre a loucura que não fosse estigmatizante, cronificante e que não reafirmasse a exclusão social dos loucos.

No âmbito dos serviços substitutivos, surge o Serviço Residencial Terapêutico – SRT, sob determinação da Lei Federal 10.216, das portarias 106/01 e 3.088/12 do Ministério da Saúde. O SRT é uma estratégia para desospitalização de muitos pacientes cujos vínculos familiares e sociais foram rompidos devido à longa institucionalização. Com a extinção dos Hospitais Psiquiátricos, as Residências Terapêuticas tornam-se medida necessária no processo de reabilitação psicossocial.

De forma humanizada, a partir do “Programa De Volta pra Casa”, essas pessoas que viveram isoladas do convívio social, passam a ter um lar e a receber apoio de profissionais de saúde mental nessas moradias, para acompanhamento de sua saúde, promoção de laços comunitários e o direito de viver em liberdade.

Há algo específico no cotidiano de uma Residência Terapêutica que sempre nos remete a uma tensão: é casa ou não? É casa, pois o telefone toca, a campanha toca, a vizinha reclama, o gato da vizinha pula para a casa, e os aniversários sempre são comemorados com muita festa. Mas existe cuidador e supervisor. Os cuidadores têm o olhar mais próximo no dia a dia da casa, e cumprem um papel essencial: inserir os moradores nas funções de cuidados à residência, mediando essas tarefas, promovendo a autonomia.

Dez anos dos Serviços Residenciais Terapêuticos em Contagem

Além disso, na residência terapêutica, o cotidiano inclui os cuidados com as medicações, com a alimentação específica e ainda com as comorbidades clínicas. Cuidados com a particularidade de cada um, sem ser em detrimento do grupo, numa dinâmica de convivência de casa. As rotinas e atividades dos moradores são diversas e variam de acordo com o projeto terapêutico, nível de autonomia e desejo de cada um.

No município de Contagem, os Serviços Residenciais Terapêuticos foram implantados em 2009, e se constituíram como serviço que visa a substituir os Hospitais Psiquiátricos, acolhendo pessoas que estiveram por muitos anos internadas. Contagem possui 2 Residências Terapêuticas mistas, com capacidade para 10 moradores cada uma. As residências terapêuticas são mantidas exclusivamente por recursos públicos.

Nestes 10 anos de existência, os moradores, sujeitos com direitos e deveres, vêm celebrando o direito da vida em liberdade, com saúde e companhia, participando dos deveres de cuidados com a casa, rotinas de compras, de ir aos serviços de saúde... Alguns administram o próprio dinheiro, fazem passeios pela comunidade, frequentam praças, sorveterias, padarias, supermercados, parques, cinemas, *shoppings*, centro de convivência, e até mesmo viagem para a praia de avião!...

** Esta edição contou também com a colaboração dos equipamentos: CAPS Eldorado, CAPS Sede, CAPS AD, UBS CSU Eldorado e SRT*



FOTO: UBERT GOUZI ART



FOTOS: ARQUIVO PROJETO TEIA





Compaixão na solidariedade



Nós, integrantes da Pastoral Carcerária - APC em São Joaquim de Bicas, queremos expressar, mais uma vez, nossa solidariedade com todos que sofrem por causa das mineradoras atuantes na nossa região. Nós também experimentamos na carne os efeitos físicos e, talvez mais ainda, os efeitos psíquicos de tantas pessoas atingidas pelos desastres ambientais (que não são “naturais”, mas provocados), criando um clima terrível de medo, pânico e total insegurança, exatamente pelas notícias de barragens oficialmente tidas como “seguras”, mas, na realidade, um perigo constante.

No nosso “Centro de Atendimento à Pessoa Presa”, inauguramos um oratório com a imagem da Padroeira do Brasil (veja as fotos), pedindo que ela tome

sob seus cuidados maternais todos que se encontram em situações de alta vulnerabilidade devido a situações de emergência diretamente associadas às atividades de mineradoras, empresas que, no fundo, apenas buscam seus interesses: lucro sobre lucro!

A situação da população carcerária também é calamitosa

Nas nossas visitas semanais, somos confrontados com realidades absolutamente inaceitáveis, p.ex., celas construídas para nove presos que, atualmente, abrigam entre 24 e 29 detentos (praticamente todos jovens entre 19 e 30 anos), forçados a “fazer nada” 24 horas por dia! Como ainda temos a coragem de falar em “cumprir a pena”, tendo em vista sua “reinserção social”?

Que a Campanha da Fraternidade de 2019 possa contribuir para que nós, cristãos e católicos, tomemos consciência da nossa responsabilidade na elaboração de Políticas Públicas que, efetivamente, atendam ao “bem comum”, dando nítida preferência aos mais abandonados, marginalizados, sofredores e pessoas vulneráveis.

Onde está você?



POLÍCIA CIVIL
MINAS GERAIS

DESAPARECIDO



ALEXIS LAUAR ROCHA

Idade: **32**
Desaparecimento: **15/11/2018**
Município: **BELO HORIZONTE/MG**

LIGUE 0800

2828 197

197
www.org.gbr

181
DISQUE

desaparecidos.policiacivil.mg.gov.br

facebook.com/DesaparecidosPCMG

Caderno de Cidadania
Um Serviço de Defesa Social da:



Gráfica e Editora
O Lutador
www.olutador.org.br

Empresa do Instituto
dos Missionários Sacramentinos
de Nossa Senhora
Empresa Certificada - FSC®
e Druck Chemie Brasil Ltda



A marca do manejo florestal responsável

Procure por produtos certificados FSC®



Druck Chemie Brasil Ltda